

Site reÃne tentativas de remoÃÃo de notÃcias durante eleiÃÃes

ReproduÃÃo

Nessas eleiÃÃes, o candidato a governador de Alagoas Benedito de Lira (PP) (*foto*) é o político que, até agora, mais foi à Justiça Eleitoral pedindo a remoção de conteúdo do Google. Sua campanha já acionou a empresa nove vezes. Ele é seguido de perto pelo candidato ao governo do Maranhão, Flávio Dino (PCdoB), e por Confúcio Moura, que concorre ao cargo em Rondônia pelo PMDB. Cada um já processou a empresa oito vezes na tentativa de remover conteúdo e impedir a publicação de notícias em jornais e sites.

O levantamento pode ser feito a partir do site [Eleição Transparente](#), feito pela Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji) em parceria com empresas jornalísticas e de pesquisa — *Folha de S.Paulo*, *O Estado de S. Paulo*, *UOL*, *Zero Hora*, *Gazeta do Povo*, Google, Ibope e Datafolha. A plataforma foi lançado na manhã desta quarta-feira (28/9) em evento na sede do Google, em São Paulo. A empresa fez um aporte financeiro de cerca de R\$ 120 mil para a criação do site.

A ideia é que as pessoas possam acompanhar em tempo real o “ranking do obscurantismo”, como classifica o presidente da Abraji, **José Roberto Toledo**. Com a ferramenta será possível colocar à prova o sentimento de que a cobertura das eleições tem sido cada vez mais judicializada. “Queremos expor as tentativas de impedir o direito do eleitor de ter acesso à informação”, diz o jornalista.

Até agora, foram cadastrados 71 processos no site, que permite o acesso a informações sobre cada uma das ações. A base de dados é alimentada diretamente pelos representantes legais das empresas parceiras, que se cadastram no site e preenchem um formulário com detalhes sobre a notificação judicial. A partir da plataforma é possível acompanhar o processo no site do Tribunal Superior Eleitoral.

A advogada do Google, **Fabiana Siviero**, conta que a empresa se mobilizou para participar do projeto como parte de seu compromisso institucional pela liberdade da informação. Ela aponta que com a resolução do Tribunal Superior Eleitoral que impede recursos de liminares, a divulgação dos candidatos que agem como censores pode ser um caminho para mudar a conduta deles, pois o julgamento do mérito dos casos pode acabar ficando só para depois das eleições.

